

HABEAS CORPUS Nº 548.602 - SP (2019/0356979-6)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : JOSE DE OLIVEIRA SILVA
ADVOGADO : JOSÉ DE OLIVEIRA SILVA - SP106707
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : OSMIR DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em benefício de OSMIR DA SILVA, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2201532-30.2019.8.26.0000).

Extrai-se dos autos que o paciente foi denunciado em 28/11/2007 pela suposta prática de delitos tipificados no art. 157, § 3º, parte final, por três vezes; no art. 157, § 2º, incisos I e II, c/c o art. 14, inciso II, por duas vezes; e no art. 288, parágrafo único, todos do Código Penal (latrocínios, roubos qualificados tentados e associação criminosa). Ao receber a peça acusatória, em 3/12/2007, o Juízo de primeiro grau decretou a prisão preventiva, a qual, segundo alegações, foi efetivamente cumprida apenas em 15/2/2019. Ajuizado pedido de liberdade provisória, o pleito foi indeferido em 24/7/2019.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem em acórdão assim ementado:

HABEAS CORPUS - Latrocínio - Revogação da prisão preventiva - Impossibilidade - Presença dos requisitos ensejadores da segregação cautelar - Excesso de Prazo - Inocorrência - Ordem denegada (fl. 122).

No presente *mandamus*, aduz excesso de prazo para a formação da culpa, porquanto a custódia cautelar perdura por mais de 10 meses sem que haja previsão para a realização da audiência de instrução e julgamento e, conseqüentemente, para que a instrução sido seja encerrada.

Nega a autoria. Indica a falta de elementos que provem a participação do

paciente nos delitos a ele imputados, motivo pelo qual a denúncia padece de inconsistência e deve ser, portanto, decretada a absolvição sumária no presente *writ*.

Ressalta as condições pessoais favoráveis do paciente e alega que o decreto prisional carece de fundamentação idônea. Sustenta ausência dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Assinala que, ao longo dos anos em que permaneceu em liberdade, inexistem notícias de que o paciente tenha se envolvido em outros delitos ou quaisquer atividades desabonadoras que justifiquem a prisão cautelar.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva, ainda que mediante imposição de medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar**.

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator